

Centro de Estudos Sociais recebe 471 mil euros da Comissão Europeia

PROJECTO O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra garantiu um financiamento de 471 mil euros da Comissão Europeia para um projecto de investigação e divulgação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O CES liderou a candidatura ao concurso promovido pela Direcção-Geral europeia de Justiça e Consumidores, tendo como parceiros o Instituto dos Direitos Humanos da Catalunha (Espanha), a Escola de Direito da Universidade de Utrecht (Holanda) e a Universidade de Szczecinski (Polónia).

Intitulado “The Charter of Fundamental Rights of the European Union in action”, o projecto de dimensão europeia tem uma duração prevista de dois anos, arranca a 1 de Setembro e é «primordialmente dirigido a juízes, magistrados do Ministério Público e advogados».

Segundo a investigadora do CES Conceição Gomes, o projecto visa «avaliar e potenciar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia», documento proclamado em 2000, que reforçou o qua-

dro dos direitos fundamentais no espaço europeu, vindo a tornar-se vinculativa no final de 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Ainda segundo a investigadora, que é uma das coordenadoras do projecto impulsionado pelo CES, a aplicação da Carta «tem vindo a confrontar-se com diferentes culturas jurídicas e práticas judiciais, não sendo fácil implementar o seu conteúdo e objetivos e disseminar as implicações concretas dos direitos que consagra entre os diversos atores judiciais europeus».

O projecto consiste, numa primeira fase, na investigação «e análise crítica das dificuldades e dos instrumentos de aplicação da Carta, bem como das decisões do Tribunal Europeu de Justiça que a aplicem». Numa segunda fase, o CES e os seus parceiros vão promover a nível europeu um programa de formação sustentável, que combina aulas teóricas com oficinas práticas (formação presencial e e-Learning) «para reforçar as competências dos agentes judiciais visando obter uma melhor interpretação e aplicação dos princípios da Carta». ◀